

RESOLUÇÕES

10^{PT} ENCONTRO NACIONAL

Atenção: Cometemos uma falha na produção gráfica desta publicação. Importantes resoluções que, ficaram de fora do caderno estão neste encarte e devem ser consideradas como parte do texto original, observada a indicação do capítulo e do ponto onde deveriam entrar.

Adendo

Este é um encarte de correção/complementação. Os textos abaixo são resoluções aprovadas no 10º Encontro Nacional do PT e devem ser observadas as indicações de leitura

A Ação Política da Nova Direção ponto 12 a 34

(O ponto 25, que estaria compreendido no capítulo *O PT e os Movimentos Sociais*, no sub título *Ação Política da Nova Direção*, não existe. O texto do ponto 25 está inserido no ponto 24, e portanto, correto.)

Acrescentar após o parágrafo 34, página 33:

Atuação na Juventude

A juventude está cada vez mais distante na atuação política e partidária. Basta lembrarmos da campanha Lula-94.

Hoje o PT tem dificuldade de dialogar com a juventude, consequência da ausência de uma política para o setor, da falta de renovação dos quadros partidários e de sua linguagem. Falta ao PT observar que o setor não é composto por uma juventude, mas por várias juventudes e requer uma política ampla, aberta e plural; reinventado os espaços políticos. Passou o tempo em que poderíamos estereotipar a juventude como unitária, como monoclássista, com desejos e aspirações iguais e homogênea culturalmente.

Por isso mesmo, nossa atuação não deve ser de achar uma fórmula de adequamento da juventude, mas de criar espaços de atuação e diálogo

amplo com seus diversos setores. Isto servirá para renovar o PT, e acabar com um dualismo entre o PT imaginário que os jovens tem na cabeça e o PT real. Queremos dizer que o PT é o partido mais simpatizado e idealizado na juventude, entretanto não oferece oportunidades de participação para esta juventude. Esta fica excluída de uma dinâmica desgastada pela disputa entre as tendências, chata, pouco ligada ao seu mundo e cotidiano.

Por isso o PT tem que ter um **Plano de Atuação** com a juventude, com uma cultura mais viva, alegre, aberta a novas experiências. Deve ter objetivos e ações mais produtivas.

Caravana da Cidadania com a Juventude. Esta caravana servirá para aglutinar os jovens nas escolas, universidades e outros espaços juvenis com visitas do LULA e outras personalidades nacionais e regionais do PT pelo Brasil, debatendo alternativas políticas ao governo. Estes eventos tem grande poder de mobilização, servem para passar visões e informações diferentes que os meios de comunicação passam e ainda favorecem a aproximação e a participação da juventude no PT, de forma ampla.

Campanha Publicitária para a Juventude. Não é mais possível chegar ao jovem com velhos panfletos esporádicos e de linguagem atrasada. É necessário que se invista numa campanha publicitária de divulgação das idéias do PT na juven-

tude, de forma atraente, criativa, leve e, principalmente, massificada. Massificada para atingir um público bem maior, com folders, vídeos, cartilhas, adesivos. Esta campanha estará associada à Caravana da Cidadania com a Juventude.

Formação Política. O PT precisa de debate, de discussão política, de um Ciclo de Palestras e Debates Abertos e de um Kit de Formação Política, (com vídeo, textos explicativos da história do PT, da história do Brasil, as políticas públicas que o PT tem realizado em suas administrações para a juventude). Esta formação política acontece no rastro da Caravana e da Campanha Publicitária.

Organização. Propomos uma organização através de coordenações dos secretários estaduais de juventude com um coletivo de trabalho. Também devemos ter um conselho de juventude convocado por nós com outros setores sociais (MST, Pastorais, Sindicatos, Parlamentares, etc). O processo de regionalização de nossa atuação nos estados, especialmente nos mais populosos como SP ou MG. Também é necessário se ter uma política de nucleação. Para formar um núcleo basta ter nove filiados e quantos mais simpatizantes, melhor. Com a liberdade de escolha dos temas a serem tratados e uma forma menos burocrática de organização e mais leve de tocar as reuniões.

Pontos Presentes na Campanha Publicitária:

1) Educação não rima com lucro (pela educação pública e gratuita para todos);

2) Bolsa Escola (a exemplo do que se faz no DF);

3) Democracia nos Meios de Comunicação – Disseminação de Rá-

dios Livres;

4) *A gente não quer só comida, a gente quer diversão e arte* (projeto cultural de estímulo às diversas manifestações e linguagens);

5) Discriminalização da Maconha;

6) Sexualidade, Afetividade e Liberdade de Opção e Preferência Sexual (divulgação do projeto de Marta Suplicy).

Políticas do setorial de PPD

A pessoa portadora de deficiência enfrenta diversas barreiras, visíveis e invisíveis, culturais e econômicas, que são dificuldades muito concretas a enfrentar no dia-a-dia. Não é fácil ser feliz numa sociedade onde o ideal do ser humano, o "padrão", continua sendo o jovem, trabalhador, útil, inteligente, bonito, (branco e macho) e ... não portador de alguma deficiência. Assim, é preciso romper com o "padrão", garantindo as diferenças, propiciando a todos o direito ao exercício da cidadania.

A plenitude do exercício da cidadania e a igualdade para todos nunca é uma dádiva, mas conquistas que passam pela transformação da sociedade, pela construção de uma nova sociedade.

Os avanços inscritos na Constituição de 1988 correm o risco de serem "varridos" pela ofensiva neoliberal implementada pelo governo FHC. Assim, com base nas definições programáticas do partido, expressas dentre outros, no Programa de Governo Lula - 94, devemos lutar em várias frentes, inclusive para promover as regulamentações necessárias aos artigos da Constituição Federal, das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios no sentido de garantir a universalização dos direitos à cidadania.

Saúde, Prevenção e Reabilitação:

- maior investimento na área de prevenção de doenças ou condições que causem deficiências, enfatizando o combate à desnutrição e aos acidentes de trânsito e do trabalho;

- promover campanhas de esclarecimento junto à instituições de ensino, empresas, comunidade, quanto à importância da prevenção;

- incentivo à pesquisa sobre tratamentos e equipamentos para uso de pessoa portadora de deficiência;

- O Sistema Único de Saúde deve integrar ações de tratamento e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, incluindo fornecimento de medicamentos e aparelhos ortopédicos, garantindo o atendimento em unidade mais complexas, quando necessário;

- garantia de atendimento domiciliar, de saúde, às pessoas portadoras de deficiência grave não internadas;

- desenvolvimento de alternativas comunitárias para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;

- intensificar programas de conscientização sobre a importância da doação de órgãos;

Educação:

- a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial, como modalidade educativa abrangedora da educação precoce, da pré-escola, daquela de I e II graus, da supletiva, e da habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

- a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais privadas e públicas;

- a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial, em estabeleci-

mentos públicos de ensino;

- oferecimento, obrigatório, de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres, nos quais estejam internados, por prazo igual ou superior à um ano, educandos portadores de deficiência;

- o acesso dos alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, nisso incluídos material escolar e bolsas de estudo;

- a matrícula compulsória, em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares, das pessoas capazes de se integrarem ao sistema de ensino;

- garantir nos orçamentos (União, Estados e Municípios) um percentual mínimo do valor destinado à educação para o ensino especializado;

- destinação de verbas para o subsídio à produção, publicação e divulgação de pesquisas e experiências na área da Educação Especial;

Seguridade Social:

- Transformação da "aposentadoria por invalidez" e do "salário mínimo para pessoas portadoras de deficiência" (Art.203-V da Constituição) em Seguro Reabilitação de modo a permitir à pessoa portadora de deficiência trabalhar em outra função, diferente da anterior, ficando garantido o Seguro, sempre que houver situação de desemprego;

- estudar a viabilidade de conceder aposentadoria por tempo de serviço aos 20 anos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência que tenham expectativa de vida comprovadamente reduzida.

Transporte e Barreiras Arquitetônicas

- definição de políticas, organização e implantação de transporte e locomoção adaptados que garantam o acesso de todas as pessoas portadoras de deficiências;

- implantação de sinais de trânsito adequados à deficiência visual (sonorização);

- garantir a preparação dos profissionais de trânsito, habilitando-os a atender necessidades específicas das pessoas portadoras de deficiência;

- definição de normas para construção de logradouros e edifícios de uso público que assegurem o acesso da pessoa portadora de deficiência;

- uma Política Estadual que atenda às necessidades de locais que ofereçam riscos à mobilidade e locomoção;

- remoção de barreiras arquitetônicas a curto prazo, através da adaptação de locais e prédios públicos, assegurando o acesso e locomoção de pessoas portadoras de deficiência (escadas, rampas, elevadores, pisos, portas, etc);

Esporte e Lazer:

- construção e/ou adaptação de locais para práticas esportivas e de lazer para utilização por pessoas portadoras de deficiência;

- garantia de recursos financeiros que viabilizem a prática de esportes e lazer das pessoas portadoras de deficiência.

Políticas de Combate ao Racismo

Tomada como violência, a discriminação racial atenta contra os

direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de subcidadão ou cidadão de segunda classe. Excluindo-o dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas de um capitalismo dependente e periférico. A discriminação expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.

Tal violência não se restringe a aspectos físicos/materiais, mas também morais, simbólicos e políticos, de forma direta e indireta.

A associação de diferentes grupos humanos a pseudo-inferioridades de atributos intelectuais ou morais configura uma forma acabada de violência. Isto é, o racismo constitui, em si, uma expressão da violência.

Mas quando o racismo - uma ideologia - se traduz em preconceito - uma idéia - e resulta em discriminações, isto é, em violação concreta de direitos em razão da cor ou raça da vítima, temos um quadro agravado de violência associado à raça.

A discriminação racial tem também uma base material e econômica, e é na distribuição desigual das oportunidades econômicas, educacionais, sociais e outras entre negros e brancos que o racismo vai revelar seu papel de elemento diferencial de direitos.

O 10º Encontro conclama os petistas a lutar por:

a) Projetos de políticas públicas que contemplem as características pluri-étnicas do Brasil nos campos da educação, economia, saúde, cultura, etc

b) Defesa do artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da imputabilidade dos menores de 16 anos;

c) Fortalecer políticas sindicais e sociais que estimulem a organização dos setores de combate ao racismo

nesses campos;

d) Proposições de projetos legislativos, elaborados pelos nossos parlamentares e que sejam apresentados com base nas propostas do partido, incluindo o Programa de Governo de 1994 e articulados com os movimentos da sociedade civil.

Para o texto de conjuntura, na Plataforma, acrescentar no ponto Reorganização Partidária, parágrafo 61 página 23:

Estratégia de intervenção do PT para o período:

a) A Direção Nacional jogará peso na estruturação da Marcha para Brasília, no Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, no Encontro Nacional de Estudantes negros e no Encontro de Comunidades Negras Rurais.

b) Apoio a articulação da luta pela titulação das terras dos remanescentes de quilombos.

c) O PT deve propor em todas as cidades, municípios e estados a criação de comissões nas administrações para discussão e providências sobre atividades de 300 anos de imortalidade de Zumbi de Palmares. Nos municípios e estados governados por petistas este trabalho deve começar imediatamente.

d) Tirar um documento simples, porém único, para todo o País sobre a história de Zumbi e Dandara, para subsidiar a atuação e discussão no partido.

e) Fortalecimento de políticas de relações internacionais com os paí-

ses africanos, privilegiando a integração destes povos com seus descendentes afro-brasileiros.

Na parte de Construção Partidária

1- Organização de uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

2- Articular o partido para aprofundar as discussões sobre o combate ao racismo, contando para isso com seminários, cursos, palestras, que possam municiar inclusive

as administrações petistas.

4- Implementação da temática raça, classe e gênero nos cursos de formação política do partido.

5- Inclusão de temas que contemplem a questão racial na perspectiva de gênero em todos os textos, boletins, seminários, encontros e cursos de formação e debates divulgados pelo PT visto a importância de tratar de forma concreta a especificidade da mulher negra, resgatando a trajetória de Dandara e outras mulheres heroínas da luta contra todas as formas de dominação.

Resolução sobre os petistas e o Comunidade Solidária

1. O 10º Encontro Nacional orienta os governos, os parlamentares e os filiados petistas a combaterem o Programa Comunidade Solidária, a efetivarem uma crítica de fundo, pois, na verdade traduz-se em instrumento de cooptação política do Governo Federal, objetiva a subordinação de lideranças e movimentos populares sociais, pretende submeter tais movimentos à uma condição de adesismo forçado ao Governo FHC e, está sendo usado como instrumento de caráter eleitoral.

Os governos do PT devem ter como ponto de partida e objetivo estabelecer em relações diretas com os Ministérios para obterem seus recursos, quan-

do de interesse público.

De outra parte, cabe a CEN e a SNAI encaminhar a discussão com aquelas administrações petistas que, por razões de gestão, forem compelidas a manter parceria com o Programa Comunidade Solidária.

2. Tendo em vista a presença de petistas no Conselho Nacional do Programa Comunidade Solidária, o 10º Encontro Nacional decide solicitar a estes militantes que se desliguem imediatamente do Programa Comunidade Solidária. Caso não o façam, o 10º Encontro considera incompatíveis a colaboração com este programa estratégico para o Governo FHC e a condição de filiado.